Ata da reunião n° 838 do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Londrina, realizada no dia 03 de outubro de 2025.

No dia sete do mês de outubro do ano de dois mil e vinte cinco, às oito horas e trinta minutos, na Sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Londrina, sob a presidência do Vive-Reitor, Prof. Airton José Petris, com a presença dos seguintes Conselheiros: Inês Cristina de Batista Fonseca, Alan Salvany Felinto, João Antonio Zequi, Andréa Name Colado Simão, Miguel Belinati Piccirillo, Orlando Mendes Fogaça Junior, Edmilson Lenardão, José Fernando Mangili Júnior, Renata Schlumberger Schevisbiski, Ângela Pereira Teixeira Victória Palma, Marselle Nobre de Carvalho, Eddy Krueger, Ayoub Hanna Ayoub, Maiango Dias, Adilson Luiz Seifert, Joanna Georgios Alexopoulos, Marcia Marques Dib, Marcio Antonio Jorge da Silva, Eduardo Hideo Suzuki, André Lopes Ferreia, Joabe Vieira da Costa, Lucienne Tibery Queiróz Cardoso, Azenil Stavisk, Paulo Liboni, Débora Cristina Santiago, Fernando Maia Silva Dias, Miguel Etinger de Araújo Junior, Gabriel Veríssimo dos Santos, Sissi Araújo Vigano, Antonio Carlos Mariano, Maurício Fernandes, Sérgio Pereira, Paulo Rogério Catarini da Silva e Ana Márcia Tucci de Carvalho. **Ausências justificadas**: Marta Regina Gimenez Favaro, Laura Taddei Brandini, Edméia Aparecida Ribeiro, Letícia Gorri Molina, Guilherme Schiess Cardoso, Marcela Zanetti Corazza. Prof. Airton, cumprimentou os c**onvidados: André Lopes Ferreira, Angela Louzada Vergara, Alice Zunot, Berenice Quinzani Jordão, Edson Holtz, Heloísa Helena Nunes Sant'Anna, Jorge Bounassar, Luiz Carlos Bruschi, Lenir de Assis, Paulo Magno Cícero Leite, Nelson Fujita, Marcelo Seabra, Oranide Vallez Filho, Simoni Saris, Zuleica Thomson,** Alberto Duran, Edmarlon Girotto e Welligton Aparecido Cardador. O Vice-Reitor prof. Airton José Petris, iniciou a reunião, cumprimentando os membros do Conselho, convidados, e pessoas externas presentes. Foram especialmente saudados os quatro ex-reitores presentes, os quais foram convidados a compor a mesa: Professora Berenice Quinzani Jordão, Professor Jorge Bounassar Filho, Prof. João Carlos Thomson e Professor Sérgio Carlos. O Vice-Reitor, prof. Airton de boas-vindas aos novos representantes técnicos-administrativos: Joabe, Manoel Cassiano Nascimento Filho (suplente), Antônio Carlos Mariano, Cleverson Andreus da Silva (suplente), Ana Lúcia Nascimento Fonseca, Maurício Fernandes (suplente), Sérgio Pereira,

David Miranda (suplente) e Paulo Rogério da Silva, Osmar Henrique Moura da Silva (suplente). O Professor Eduardo Hideo Suzuki também foi saudado com o cumprimento de boas vindas. **1ª Parte - Eleição - Ato Executivo nº 059/2025 - Eleição para escolha de representantes técnico-administrativos para completar mandato até 31 de dezembro de 2025 nas seguintes Câmaras: Câmara de Legislação e Recursos - 2 (dois) membros técnico-administrativos; Câmara de Finanças e Orçamento - 2 (dois) membros técnico-administrativos.** Foi eleito para a Câmara de Legislação e Recursos os seguintes nomes: Maurício Fernandes e Paulo Rogério Catarini da Silva. Para a Câmara de Orçamento e Finanças foram eleitos os seguintes nomes: Antonio Carlos Mariano e Joabe Vieira da Costa. **I ORDEM DO DIA 1 Discussão e votação da ata nº 834 15-08/2025.** A ata foi aprovada com uma abstenção. **2.Discussão e votação da ata nº 835 25/08/2025 (Colação de Grau)** A ata foi aprovada com três abstenções. **3. Discussão e votação da ata nº 836 26/08/2025 (Colação de Grau)** A ata foi aprovada com quatro abstenções. **4 Discussão e votação da ata nº 837 29/08/2025.** A ata foi aprovada com quatro abstenções. **5. Processo 24.568.323-5 - deliberar acerca do relatório final do Grupo de Trabalho constituído pelo Conselho Universitário (Portaria nº 4627/2019), denominado "Comissão da Verdade" (Relator: Câmara de Legislação e Recursos e Prof. Dr. Cesar Bessa)** Prof. Airton passou a palavra para o presidente da Câmara de Legislação e Recursos, prof. Miguel Belinati Piccirillo, que fez o seguinte relato: "A Câmara de Legislação e Recursos, reunida no dia 25 de setembro de 2025, em formato remoto, analisou o processo n. 24.568.323-5. Estavam presentes os seguintes membros: Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, Inês Cristina de Batista Fonseca, Miguel Belinati Piccirillo e Sissi Araújo Vigano. Trata-se de apresentação de Relatório Final dos Trabalhos da Comissão da Verdade. A Comissão, coordenada pelo Professor César Bessa encaminhou um relatório detalhado sobre situações ocorridas durante o Regime Militar envolvendo a Comunidade Universitária. O processo tem mais de 400 páginas e está instruído com fotos, documentos e entrevistas detalhadas sobre fatos ocorridos no período. A Comissão recomenda a análise da aprovação do Relatório e recomenda ainda que as sugestões apresentas às folhas 96 sejam analisadas individualmente em virtude de sua importância. Percebe-se que o processo foi bem instruído e que as fases regimentais foram respeitadas. Nesse sentido a Câmara de Legislação e Recursos entende que o processo está apto para ser analisado no mérito pelo Conselho Universitário." Na sequencia

passou a palavra o prof. Cesar Bessa. **Prof. Cesar Bessa** cumprimentou as autoridades presentes, os ex-reitores, os membros do Conselho e a comunidade externa. Declarou ser uma honra compartilhar o trabalho da Comissão da Verdade da UEL, um relatório que carrega o nome da Professora Joana D' Arc BIzzoto Lopes, símbolo de resistência e luta pela democracia. Cesar Bessa informou que o trabalho teve início em 16 de novembro de 2015, na gestão da ex-reitora Berenice Quinzani Jordão. O relatório é resultado de 10 anos de trabalho, é parte fundamental de um processo mais amplo conhecido como justiça de transição. A justiça de transição, apoiada na Lei Federal 12.528 de 2011, busca a reconstrução da democracia, o enfrentamento do passado e a garantia de que as violações não se repitam. Ele citou Cecília Meireles para expressar o sentido de justiça e injustiça. O relatório se apoia em quatro aspectos da justiça de transição: o direito à verdade e à memória, reparação às vítimas, reformas institucionais e responsabilização. Bessa detalhou que a UEL foi palco de vigilância, perseguição, demissões arbitrárias, censura e cerceamento da liberdade acadêmica, havendo uma estrutura interna de inteligência (AES – Assessoria Especial de Segurança e Informação) que atuava em sintonia com órgãos como DOPS e SNI, monitorando a comunidade universitária. Ele enfatizou que esses fatos não devem ser esquecidos, sob pena de repetição do arbítrio e desmonte do estado democrático de direito. Bessa afirmou que o relatório resgata histórias silenciadas, revelando nomes, casos e estruturas de poder que permitiram a violação de direitos dentro da universidade. Este trabalho não visa o revanchismo, mas sim a justiça histórica e o reconhecimento da dor dos perseguidos, fortalecendo a democracia para que nenhum membro da comunidade seja calado por suas ideias. Finalizou agradecendo o empenho de todos os membros da comissão, incluindo docentes, estudantes e servidores, e fez uma homenagem póstuma aos depoentes Marcelo Oikawa (ex-estudante) e José Antônio Tadeu (ex-professor). O Professor André Lopes Ferreira cumprimentou os presentes, incluindo o Reitor em exercício prof. Airton e lamentou a dificuldade de imaginar que a Universidade Estadual de Londrina (UEL) foi palco de sistemáticas violações de direitos. Destacou que a UEL, sendo uma das primeiras universidades criadas no Brasil após a Reforma Universitária de 1968 e o acordo MEC-USAID, nasceu departamentalizada, com disciplinas por crédito, na forma de uma fundação e com pagamento de mensalidades. O Professor André afirmou que a universidade se estruturou de acordo com o modelo que o regime desejava. Destacou pontos centrais: 1) Arquitetura e Isolamento: A arquitetura da UEL

demonstra a concepção segundo a qual ela foi criada, evidenciando a distância e o isolamento da cidade. Ele mencionou que a rodovia foi alterada, separando a universidade da comunidade, e criticou a falta de calçadas para acesso a pé. 2) Concepção do Campus: A disposição dos centros (humanidades em uma ponta, ciências duras em outra) e a falta de espaços de convivência foram desenhadas para que não houvesse lugar para "se unir, para se sentar, para aglomerar pessoas". 3) A Estrutura de Vigilância (AS/AES): Ele explicou que desde 1967 (Governo Costa e Silva), ministérios civis, como o MEC, possuíam Divisões de Segurança e Informações (DSI), e dentro delas existiam as Assessoria de Segurança e Informações (AS/AES), que atuavam como "tentáculos do DSI" em instituições públicas. 4)A Situação da UEL: Ele enfatizou o detalhe de que as universidades estaduais não estavam obrigadas por lei a ter AS/AES, diferentemente das federais. O primeiro reitor, Professor Ascêncio, recusou-se a instaurar a AS, mas a estrutura foi instalada posteriormente. Esta estrutura funcionava ao lado da reitoria, possuía recursos, equipe e até uma guarda fardada que realizava treinamentos militares no campus, o que intimidava estudantes e docentes. 5) O Cotidiano da Repressão: O relatório detalha o quão "terrível" era ter que pensar antes na bibliografia de uma disciplina, ser chamado pela AES para dar explicações sobre temas abordados em aula, ou notar a presença de um fotógrafo que entrava sorrateiramente na sala para tirar fotos. 6) Justiça de Transição: O trabalho da Comissão da Verdade se insere na Justiça de Transição, que possui um caráter reparativo e pedagógico. Embora não tenha alcance judicial devido à Lei da Anistia, seu objetivo é "dar voz àqueles que foram calados". A comissão apenas convidou as pessoas a darem depoimentos. 7) Compromisso Final: O Professor André concluiu afirmando o propósito da comissão em "valorizar a história, a trajetória, a memória" dos colegas, estudantes, técnicos e docentes, garantindo que a luta de cada um "não será esquecida". A Comissão apresentou 10 sugestões para reparação e continuidade do trabalho: 1) Designar o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL (NDPH), renomeado pelo Conselho como NDPH Professora Enezila, como órgão responsável pela guarda do acervo. 2) Elaborar projeto para a criação de um marco simbólico (lugar de memória) no campus. 3) Constituir um grupo de trabalho para dar continuidade ao levantamento de informações e coleta de depoimentos. 4) Outorgar o título de Dr. Honoris Causa em memória ao ex-professor Tsutomu Higashi. 5) Realizar um ato público de desagravo à comunidade acadêmica que sofreu violações. 6) Realizar um ato público de desagravo à

comunidade de Londrina e região pela transformação da UEL em um "tentáculo do SNI e do DOPS" por meio da ASI. 7) Criação de um Núcleo ou Observatório Permanente em Defesa dos Direitos Humanos. 8) Revitalização da sede do DCE (Diretório Central dos Estudantes) na região central. 9) Renomear o campus universitário em momento oportuno com o nome do primeiro reitor, Ascêncio Garcia Lopes. 10) Envio de cópia do relatório ao Arquivo da Comissão Nacional da Verdade. Após, prof. Miguel Piccirilo compartilhou um trecho do depoimento do Professor Reginaldo Melhado sobre o "medo permanente" na UEL, mencionando desconfianças de infiltrados da Polícia Federal vinculados à repressão e até fraudes no vestibular para colocá-los na universidade. Relatou a experiência de seus próprios pais, que estudaram na UEL nas décadas de 70 e 80, e que testemunharam a presença de pessoas mais velhas que apareciam, faziam perguntas e depois desapareciam, ou de colegas que sumiam. Registrou a importância da trajetória do Professor João Batista Filho e da Professora Raimunda da Sociologia, que foram perseguidos pelo regime militar e tiveram que mudar de nome. Sugeriu que, por ser uma sessão histórica e por simbolismo, o Conselho votasse primeiro a aprovação do relatório e, na sequência, votasse simbolicamente cada uma das sugestões da comissão. Prof. Sergio Carvalho falou enquanto membro do Conselho Universitário, cumprimentou o Professor César Bessa e todos os indivíduos que trabalharam na pesquisa da Comissão da Verdade. Expressou gratidão aos ex-reitores presentes, a quem chamou de "meus heróis". Reconheceu o Professor Bounassar como o primeiro reitor eleito na UEL e o Professor Thompson como o segundo reitor eleito, que chegou à universidade em "plena ditadura militar". Ressaltou que a Professora Berenice fez parte da Associação dos Docentes da UEL nas "muitas lutas". Afirmou que a universidade possui uma "dívida" para com eles e para com os docentes que atuaram. Agradeceu por não ter vivido o período da ditadura, tendo ingressado na universidade em 1985, já na "abertura democrática". Relatou ter entrado com a confiança de quem não precisou enfrentar o regime, descrevendo seu modo de agir como o andar de "O mundo é meu". Afirmou que as pessoas que compunham a mesa foram as primeiras a trazer a "primavera da democracia" para a UEL, lutando para que fosse possível eleger reitor e exercer plenamente a função enquanto docentes. Enfatizou que a liberdade de "falar o que é preciso ser dito" no campus hoje existe porque "alguém se sacrificou por nós" e "fez o enfrentamento" no passado. Declarou o compromisso do Conselho Universitário da UEL: "ditadura nunca

mais, autoritarismo nunca mais". Argumentou que este princípio se aplica tanto às relações pessoais e institucionais quanto às relações mais amplas no Brasil. Atestou que a UEL é um "espaço da democracia" e que a voz de ninguém ali será calada. Defendeu que o conselho deve "referendar todas as sugestões que foram dadas" no relatório. Profa. Marselle cumprimentou a todos, mencionou sua participação na quinta conferência nacional para mulheres. Ressaltou que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instalada durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, que, "lamentavelmente, sofreu um *impeachment*, sofreu um golpe e foi retirada". Mencionou que, durante o *impeachment*, houve quem saudasse o torturador Coronel Brilhante Ustra. Afirmou que a democracia precisa ser vigiada, não no sentido da ditadura (por infiltrados), mas na vigilância de quem a preserva, pois a democracia é um elemento ameaçado numa sociedade onde muitas pessoas vulneráveis socialmente não conseguem se manifestar, e algumas nem conseguem ingressar na universidade. Saudou o Prof. César Bessa e a comissão pelo "documento histórico" que comporá os registros da Comissão Nacional da Verdade. Defendeu a importância da democracia para o "bem viver" e para o convívio de todas as pessoas, e expressou satisfação com o posicionamento da UEL e o que a universidade tem produzido. Sugeriu que a recomendação deve ser a aprovação do relatório na íntegra com todas as suas recomendações, seguida pela instalação dos percursos administrativos necessários. Prof. João Zequi expressou desejo de falar como ex-aluno, destacando que o sentimento que lhe cabia era de gratidão; declarou-se muito feliz e honrado por participar deste momento, parabenizou a comissão e afirmou que a universidade é fundamental para as pessoas e para a sociedade, pois é onde se faz pesquisa, ensino e extensão e se busca um futuro melhor. Mencionou que a universidade sofre ataques, como sofreu no passado, e também "ataques contemporâneos, diferentes" no presente. Ressaltou a importância da UEL para o estado do Paraná e o Brasil, com pesquisadores renomados, e que tudo isso é possível porque os antecessores "batalharam pela essa universidade". Afirmou sentir-se "sobre os ombros de gigantes": "Se eu consigo enxergar hoje adiante, é porque vocês lutaram, batalharam, não desistiram e proporcionaram a gente estar aqui hoje". Enfatizou a grande responsabilidade dos conselheiros sobre o futuro da universidade, especialmente diante da facilidade com que a instituição é atacada hoje com "retórica barata para falar universidade e destruir conhecimentos, destruir pesquisa, destruir extensão". Concluiu que a responsabilidade da atual gestão e dos conselheiros é

"dar continuidade todo esse processo" para garantir educação de qualidade, pesquisa e extensão. O Prof. Ayoub Hanna Ayoub expressou seus agradecimentos, agradeceu pessoalmente ao Prof. César Bessa ("peça") e a toda a equipe pelo "excelente relatório". Principalmente, pelo relatório "inscrever a universidade em mais um capítulo da história de nossa região e do nosso país". Deixou como sugestão ao Conselho Universitário que fosse promovido um "ato para a sociedade, um ato público para a divulgação desse relatório", com objetivo de que o relatório não ficasse "dentro da universidade apenas", visto que a universidade "é de toda a sociedade" e tem a "responsabilidade de prestar contas para sociedade". Sugeriu que o conselho, junto com a comissão, pensasse em um ato para que a sociedade "receba esse relatório e entenda esse relatório". Agradeceu ao Conselho Universitário pela oportunidade de votar esse relatório como membro do Conselho Universitário; considerou que a votação era "pessoalmente muito importante" para ele e um "passo importantíssimo" para a universidade. Observou que o período relatado no documento (que precisa ser relatado) tem como consequências atuais as "eleições diretas para os cargos da universidade e a política de cotas, política de inclusão dessa universidade". Defendeu que, além do relatório, o Conselho Universitário deve marcar como "decisão relevante" que todas as políticas da UEL são importantes para a sociedade. Conselheiro Joabe solicitou autorização para que um aluno que não é conselheiro possa fazer uso da palavra e foi autorizado pelo conselho. Germano iniciou sua fala saudando a todos e todas, agradeceu os presentes e "aqueles que lutaram para que nós pudéssemos hoje ocupar este espaço" na UEL. E pela oportunidade de ter um vestibular sem mensalidade e condições de estudar, presenciando e apreciando o relatório; dirigiu sua fala principalmente aos "meus colegas estudantes". Afirmou que os estudantes têm um compromisso histórico com a universidade, com o trabalho apresentado e com a democracia do país; declarou que os estudantes não podem sair daquela reunião "sem a provocação de levar isso adiante", referindo-se às 10 sugestões do relatório. Mencionou que os professores e os citados em memória já cumpriram um "trabalho árduo" e passaram por um "processo doloroso e custoso", sendo a continuidade um "compromisso histórico nosso". Disse que a principal intenção de sua fala era "incendiar a comunidade estudantil da Universidade Estadual de Londrina para que se sinta provocada a levar isso adiante". Reafirmou o compromisso com a democracia, para que "nunca mais nenhum tipo de ditadura seja instalada no nosso país" e "também

para que a anistia não avance na casa de leis deste país". Paulo Magno Cicero Leite- Advogado/Membro da Comissão de Direitos Humanos - Cumprimentou prof. Airton, Vice-Reitor e demais presentes. Fez um agradecimento especial à Professora Berenice, ex reitora. Mencionou que, enquanto advogado e membro da comissão de direitos humanos, foi convidado a participar da Comissão da Verdade, juntamente com o Professor Edson e Professor André, na elaboração dos primeiros relatos. Expressou ter tido a grata satisfação de também poder acompanhar a Comissão da Verdade na Câmara de Vereadores de Londrina, que se instalou para apurar fatos em Londrina e no Paraná, considerando isso uma "grande honra". Comentou que seus "cabelos brancos" não o deixam negar que é um "filho da ditadura", tendo nascido em 1963 e estudado nos bancos quando a ditadura se fazia presente, inclusive na UEL em 1981. Afirmou que, para quem apenas ouve os relatos, a história pode parecer "bonita, comovente". No entanto, para quem esteve junto das pessoas, quem ouviu pessoas que sofreram, quem ouviu até militares que tiveram que se desertar [ou] fugir para não cumprir ordens superiores de intervenção junto às universidades, professores e classe médica, a situação foi muito mais grave. Mencionou casos de médicos que tiveram que "se refugiar dentro das casa das irmãs". Parabenizou a UEL pelo trabalho, parabenizando todos que participaram e a classe acadêmica. Agradeceu por ter feito parte dessa história. Prof. César Bessa, Coordenador da Comissão da Verdade, listou "Paulo Magno Cícero Leite" como membro da "comunidade externa" que trabalhou na comissão. A fala em si não identifica o orador pelo nome, mas o contexto e o conteúdo indicam ser a pessoa referida. Profa. Heloisa Sant' Anna ex pró-reitora de Extensão informou ter trabalhado em várias universidades. Na primeira onde trabalhou, sua saída foi por "questão política", e posteriormente, com a Comissão da Verdade na universidade, ela foi anistiada. Declarou que, apesar de ter tido um "tempo difícil", gostaria de levantar uma questão: que o conselho buscasse dar algum tipo de "reparação pessoal" aos sobreviventes. Mencionou que em outra universidade onde trabalhou e onde houve um estudo sobre oito professores, eles "foram anistiados por justiça" após entrarem na Justiça Federal. Cita que, recentemente, o próprio departamento desses professores anistiados escreveu uma "carta pedindo de perdão de reparação". Defendeu que essa reparação deve ser pessoal para aqueles que ainda estão vivos, estimando que ainda restavam três em seu antigo departamento, e que eles "durariam" [viveriam mais tempo] se tivessem "algum tipo de coisa pessoal". O

Vice-Reitor Airton Petris registrou que, por a sugestão de reparação pessoal estar "fora do relatório", ela seria anotada e posteriormente encaminhada ao Conselho para que se fizessem os "encaminhamentos formais". O Prof. Miguel, posteriormente, sugeriu que essa reparação fosse unida aos atos de desagravo propostos pela comissão, o que foi aprovado pelo Conselho. O Prof. Nelson Fujita iniciou sua manifestação saudando os presentes e se dirigindo aos mais jovens (estudantes e nascidos após 1964) para lhes dar uma ideia do cenário encontrado na universidade. O Professor Fujita e o Professor Thomson entraram na UEL (então FUEL) após ela ser reconhecida como universidade em dezembro de 1971, no primeiro concurso público. Falou que o Conselho era composto pelo Reitor, Vice-Reitor, nove Diretores de Centro e nove Coordenadores de Colegiado, todos nomeados pelo Reitor, que por sua vez era nomeado pelo Governador. Havia apenas um representante dos estudantes e um docente de cada categoria docente. As reuniões eram feitas em sala fechada, não havia transparência e o acesso às atas era negado. Como a UEL era uma fundação (fundacional), os funcionários eram contratados pela CLT e o estatuto permitia que o chefe de departamento demitisse sumariamente um professor que não agradasse. Disse que ocorreram demissões no HU, vendidas como "briga de médicos," mas que na verdade tinham um mote político. A perseguição levou à criação da Associação dos Docentes do HU (ADH), após uma greve de 34 dias em 1978/79, a única greve no Brasil na época. Prof. Fujita relatou que, em 1975, o reitor da época (que tinha ligação com o regime) bancou uma chapa de sindicato. Fujita foi colocado na chapa sem saber, mas essa inclusão, por fazer parte da diretoria de uma associação profissional, lhe concedeu estabilidade de emprego, o que o obrigou a lutar pela estabilidade de todos. Mencionou que o Professor Dino Benedete foi sumariamente demitido, assim como outros diretores de centro. Destacou que um grupo de servidores, professores, e estudantes fez um comitê para as Diretas Já (eleição para Presidente da República); e por ideia do estudante Tadeu Felizmino, a campanha foi expandida para incluir a eleição direta para reitor. Essa luta levou ao primeiro reitor eleito (Jorge Bounassar Filho) por toda a comunidade, através de convenções proporcionais, garantindo a participação das três categorias. O voto era proporcional à categoria (1 professor para 10 estudantes e 5 servidores, aproximadamente, na época). Finalizou parabenizando os reitores eleitos presentes, que assumiram o cargo graças à mobilização de servidores, professores e estudantes contra a ditadura. O Vice-Reitor Prof. Airton José Petris, iniciou sua

manifestação em duas partes, primeiro em resposta imediata e depois como conselheiro inscrito. Esclareceu que, para quem leu o relatório inteiro, é notável que, mesmo sob a pressão da repressão, havia "bom humor para tratar as situações". Ressaltou que o relatório destaca que o grupo de pessoas envolvidas optou por "democraticamente fazer os enfrentamentos que tinha que fazer" com a sociedade e com os militares, rejeitando a opção pela luta armada. Afirmou que este ponto é importante de ser registrado. O Vice-Reitor inscreveu-se formalmente para falar como "conselheiro", expressando sua emoção e a importância do momento: Declarou que aquele momento era a "síntese de nossa história", representando uma sintetização de toda a história da universidade, desde as dificuldades administrativas da década de 70. Afirmou que o momento marca a história da vida pessoal e o deixou "muito feliz e agradecido". Lembrou que ele, sendo uma "pessoa simples do interior" com poucas habilidades políticas, veio aprender a fazer política na UEL. Defendeu que a universidade "não catequiza as pessoas", mas sim "acolhe as pessoas e dá as condições para que as pessoas sejam o que elas são na prática da vida". Afirmou que a UEL é "muito poderosa nos seus princípios" e na construção de relações internas que permitem às pessoas se manifestarem efetivamente. Relembrou os "21 anos difíceis", tendo presenciado "sindicato queimado" e pessoas sendo presas por "razão política", embora as justificativas fossem de "contrabandista". Mencionou que seu primeiro ato de "rebeldia política" ocorreu na Casa do Estudante, quando foi proibido de entrar. Destacou que a universidade deve ser um local de "acolhimento," "diversidade," onde todos possam "focalizar cada o que cada um de nós traz dentro do coração". Finalizou afirmando que a comunidade tem a "obrigação" de reconhecer o relatório, onde a UEL falhou e onde conseguiu se manifestar em defesa do "humanismo em democracia". Prof. Miguel sugeriu votar o relatório e na sequência da aprovação do relatório, simbolicamente votar cada uma das sugestões da comissão". Prof. Airton colocou em votação o relatório final do Grupo de Trabalho constituído pelo Conselho Universitário (Portaria nº 4627/2019), denominado “Comissão da Verdade”. Foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário. As 10 recomendações foram, então, ratificadas simbolicamente. A sugestão de reparação pessoal da Profa. Heloísa foi incorporada aos atos de desagravo aprovados pelo C.U. Prof. Airton convidou os ex reitores a fazer uma manifestação e por sugestão da profa. Berenice as manifestações ocorreram em ordem cronológica de mandato, começando pelo prof. Jorge Bounassar Filho. Iniciou saudando os colegas e se sentindo "muito

honrado" com a cerimônia. Compartilhou que é um dos "casos únicos da UEL", pois fará 50 anos de universidade em "dois anos e pouco", mencionando que talvez haja mais um professor no CCS (referindo-se ao Davi) nessa condição. Mencionou que sua história na UEL começou em 1977, quando era professor no CCRT, e participou da criação do CCA e do CPU. Acompanhou o desenvolvimento da universidade e expressou preocupação de que nem sempre há o "devido reconhecimento" por parte de "políticas outras" que se vivenciam hoje e que "não dão o devido valor a essa instituição". Reforçou a necessidade de lutar muito contra isso e "manter aquilo que a universidade é, foi construída e é reconhecida". Considerou o momento "muito especial" e parabenizou a comissão pelo trabalho e levantamento histórico, ressaltando que a universidade deve ser reconhecida como um "instrumento da sociedade". Reiterou que, conforme a fala do estudante (Germano), "essa luta não pode parar" e que a comunidade deve continuar mantendo o reconhecimento em termos locais, estaduais, nacionais e internacionais. Mencionou a importância da UEL no desenvolvimento do conhecimento e que a instituição "não pode ser destruída". Afirmou que não se pode "baixar a cabeça para mentes limitadas" no mundo político que "não conhecem, não conseguem reconhecer o papel de uma instituição como essa". Lembrou ter tido a honra de ser eleito o primeiro reitor da universidade, considerando isso um "momento muito especial" para a UEL, e afirmou que a universidade precisa ser mantida e crescer mais. Concluiu reafirmando a disposição de continuar na luta. Prof. Jorge Bounassar ex reitor iniciou saudando os colegas e se sentindo "muito honrado" com a cerimônia. Compartilhou que é um dos "casos únicos da UEL", pois fará 50 anos de universidade em "dois anos e pouco", mencionando que talvez haja mais um professor no CCS (referindo-se ao Davi) nessa condição. Mencionou que sua história na UEL começou em 1977, quando era professor no CCRT, e participou da criação do CCA e do CPU. Acompanhou o desenvolvimento da universidade e expressou preocupação de que nem sempre há o "devido reconhecimento" por parte de "políticas outras" que se vivenciam hoje e que "não dão o devido valor a essa instituição". Reforçou a necessidade de lutar muito contra isso e "manter aquilo que a universidade é, foi construída e é reconhecida". Considerou o momento "muito especial" e parabenizou a comissão pelo trabalho e levantamento histórico, ressaltando que a universidade deve ser reconhecida como um "instrumento da sociedade". Reiterou que,

conforme a fala do estudante (Germano), "essa luta não pode parar" e que a comunidade deve continuar mantendo o reconhecimento em termos locais, estaduais, nacionais e internacionais. Mencionou a importância da UEL no desenvolvimento do conhecimento e que a instituição "não pode ser destruída". Afirmou que não se pode "baixar a cabeça para mentes limitadas" no mundo político que "não conhecem, não conseguem reconhecer o papel de uma instituição como essa". Lembrou ter tido a honra de ser eleito o primeiro reitor da universidade, considerando isso um "momento muito especial" para a UEL, e afirmou que a universidade precisa ser mantida e crescer mais. Concluiu reafirmando a disposição de continuar na luta. Dando sequencia falou o Professor Thomson iniciou sua fala, após o Professor Jorge Bounassar Filho, agradecendo a presença e a homenagem; expressou um "prazer enorme" em participar da sessão. Mencionou ter se aposentado em 2011, após 41 anos e 4 meses, e que ainda assim retorna para visitar a universidade e a cidade, pois "a nossa maneira de vida, o que nós vivemos há 54 para 55 anos foi a UEL". Lembrou que foi contratado antes da UEL ser reconhecida, pela Fesulão (Fundação da Faculdade de Medicina do Norte do Paraná). Falou da experiências da Ditadura na UEL/Sanatório: Afirmou que a verdade da década de 70 e 80 foi vivida com "nós vivemos, nós sofremos. Nós apanhamos, nós fomos expulsos, admitidos, readmitidos, expulsos". Relatou um episódio de perseguição política no sanatório (onde o HU funcionava inicialmente) em 1972/73, quando ele, Dr. Geolis, Dr. Nelson Morrone e Dr. Davi foram impedidos de trabalhar sob a desculpa de que a cirurgia havia sido suspensa. Disse que a direção do centro na época não soube informar o motivo. Depois descobriram que o diretor do sanatório (posteriormente reitor) havia denunciado o convênio na calada da noite. Afirmou que, devido à distância entre o CCS (Centro de Ciências da Saúde) e o campus, circulavam "narrativas que vinham daqui da diretoria da reitoria que nós éramos *personas non gratas*, nós éramos pessoas problemáticas". Colegas professores se afastavam por ser "perigoso ter contato com a gente". Falou da luta Docente e Criação da ADUEL: Mencionou que cinco docentes de seu departamento foram mandados embora sem ele saber; disso nasceu

uma "luta brutal" que resultou na greve de 34 dias, a única greve no Brasil naquela época (1978/79); essa luta levou à fundação da ADH (Associação dos Docentes do HU) e, posteriormente, da ADUEL, da qual foi o primeiro presidente; lembrou que foi o único no Brasil que teve duas associações de docentes (ADH e ADUEL) em uma mesma universidade; A ADUEL foi fundamental para que o campus se "interessasse pelo problema: Reitoria, Democracia, Autoritarismo, Revolução, Ditadura, tudo". Enfatizou que ele e Dra. Zuleica são fundadores da ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior) em Campinas, em 1981. Ressaltou as eleições Diretas e o Fim do Regime, destacou que o movimento para eleições diretas para reitor surgiu por sugestão de um estudante (Tadeu Felismino) que estava no comitê das Diretas Já. Com a mobilização da ADUEL, Assuel, DCE, funcionários e estudantes, foi criado um esquema político junto ao então Governador Álvaro Dias, permitindo que a lista tríplice fosse eleita, sendo o mais votado o primeiro a assumir. Considerou as décadas de 70 e 80 "terrível", mas que ao mesmo tempo "fez um alicerce pra Universidade Estadual de Londrina muito forte". Finalizou afirmando que a universidade deve ser um "universo de ideias" onde a democracia deve ser "lutada" e "mostrada". Defendeu: "Ditadura nunca, anistia só para quem merece". Após, Profa. Berenice Quinzani Jordão, após a manifestação dos ex-reitores que a antecederam, iniciou sua fala, expressou que a história da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a sua própria história de vida são inseparáveis. Relatou ter passado quase 42 anos vinculada como profissional na universidade, realizando o que considerava o melhor, com o lema da sua campanha de gestão sendo "UEL em primeiro lugar". Disse que a UEL nasceu em um momento histórico do país em que as universidades tiveram um papel fundamental na transformação da história. Mencionou não ser aluna da UEL, mas veio de uma universidade federal (Federal de São Carlos) criada no mesmo ano da UEL, tendo sido da primeira turma. Ela vivenciou o nascimento de universidades públicas sob o regime militar, onde o *backside* era a regra inicial. Expressou-se duplamente feliz por sua vivência pessoal na UEL e por ver a conclusão do trabalho da Comissão da Verdade, que ela considerava importante e

necessária para contar a verdade sobre a história da UEL. Ela criou a comissão em 2015 e fez um registro especial ao Professor Ludoviko Carnaciali dos Santos (então Vice-Reitor e primeiro membro da comissão). Destacou que a democracia é um exercício diário que dá "muito trabalho" e é fundamental para a universidade. Lembrou-se dos embates ideológicos necessários ocorridos na Sala dos Conselhos. Recordou que na sua gestão, ela viu o "pensamento não democrático" ser ameaçador, o que levou o país a um momento não democrático. Contou que ingressou na universidade no mesmo período em que cinco médicos foram demitidos (conforme relatado pelo Professor Thomson). Participou ativamente do movimento docente que criou a Associação Pró-ADUEL e, posteriormente, redigiu a ata de criação da ADUEL (Associação dos Docentes da UEL). Ressaltou que durante a gestão de Thomson, ela foi membro de uma comissão que, em 1992 ou 1993, entrou pela primeira vez no Arquivo Histórico do DOPS em Curitiba. Relatou que eles levantaram e anotaram à mão, na ponta do lápis, ficha por ficha, as informações que haviam sido levantadas pela AES (Assessoria Especial de Segurança e Informações) e incorporadas aos arquivos do DOPS. Contou que ela e a Professora Magali Surgos, que presidia a comissão na época, revogaram uma portaria que mantinha a AES ativa até aquela data (92/93). A sede da AES ficava numa sala atrás do gabinete do Reitor. Concluiu parabenizando a todos pela conclusão do trabalho e enfatizou que construir a democracia é uma tarefa diária e difícil, que exige discutir e aceitar opiniões divergentes e que a proposta de divulgar o relatório publicamente é fundamental para que essa história se torne visível. Prof. Sérgio fez registro de fala enquanto ex-reitor. O Prof. Sérgio Carlos de Carvalho, ao iniciar sua manifestação, afirmou que uma boa parte de seu posicionamento já havia sido expressa, mas retomou o tema baseando-se na fala da Professora Berenice, reiterando que a democracia é um exercício diário. Ele relembrou sua entrada na universidade em 1985, já na abertura democrática, onde andava com a confiança de que "o mundo é meu", um "andar" que foi possibilitado pela luta dos presentes. Expressou que, embora fosse aquele jovem de 18 anos, jamais esperaria que em 2019 este Conselho Universitário tivesse que referendar algo que a autonomia universitária

já garantia. Referiu-se à aprovação de uma resolução para garantir a liberdade de cátedra dos professores em 2019, o que considerou uma resolução redundante, mas necessária devido aos ataques sofridos. Ele enfatizou que a autonomia universitária exige a garantia da liberdade de cátedra para os professores, a liberdade para os estudantes confrontarem ideias e o debate constante, e para que os técnicos possam exercer livremente seus trabalhos sem intervenção. O Prof. Sérgio reiterou que, diante dos ataques, o Conselho Universitário é um espaço que deve garantir que jamais se volte àqueles "momentos fúnebres" vividos no passado, nos quais a liberdade de produzir e disseminar conhecimento era ameaçada. Finalizou agradecendo a todos, honrando o legado deixado e parabenizando o Professor Bessa e o Conselho pela aprovação do relatório. A representante da professora Lígia Pupatto, profa. Angela Louzada, solicitou a palavra em nome da professora Lígia Pupato, ex-reitora da universidade, pediu que ela estivesse ali representando-a nesse momento que ela considera de crucial importância. Justificou a ausência da professora Lígia, que não pôde estar presente, devido à coordenação junto com a ministra Márcia Lopes do Congresso Nacional para as Mulheres, que havia terminado na noite anterior e não havia tempo hábil para chegar. Transmitiu um abraço a todos e parabenizou a universidade pela instauração dessa comissão em nome da professora Berenice, de importância e seriedade para a questão da democracia. Parabenizou o prof. César Bessa, que, junto com a comissão, fez um trabalho transparente, iluminado, trazendo fatos dessa universidade que eram desconhecidos pela maioria. Afirmou que essas informações levam a mudanças de vida, mudanças de comportamento de toda uma comunidade, desde que elas sejam repetidas, faladas e contadas. Em uma nota pessoal, mencionou ser egressa do curso de biologia e que completaria, no final daquele ano, 50 anos de formatura junto com sua turma. Deixou um reconhecimento à professora Eleonora Marques, que não estava presente, e que foi de fundamental importância nesse processo, na luta pela democracia da universidade. Expressou emoção, destacando que a professora Eleonora foi importante na formação e na proteção de sua turma "para não sermos pego pelo regime", o que,

infelizmente, aconteceu com muitos. Finalizou com agradecimento e um apelo, representado pelas cores da bandeira: "ditadura nunca mais. Nunca mais." **Processo 22.782.165-5 - deliberar acerca do pedido de diplomação póstuma (não acadêmica) *in memoriam*, homenagem a ser concedida em memória da estudante do curso de Ciências Sociais Júlia Beatriz Garbossi Silva, vítima de feminicídio, ocorrido em setembro de 2023 (Relator: Câmara de Legislação e Recursos e Prof. Ronaldo Gaspar)** Prof. Airton passou a palavra para o presidente da Câmara de Legislação e Recursos, prof. Miguel Belinati Piccirillo, que fez o seguinte relato: “A Câmara de Legislação e Recursos, reunida no dia 25 de setembro de 2025, em formato remoto, analisou o processo n. 22.782.165-5. Estavam presentes os seguintes membros: Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, Inês Cristina de Batista Fonseca, Miguel Belinati Piccirillo e Sissi Araújo Vigano. Trata-se de solicitação de pedido de diplomação póstuma da estudante JÚLIA BEATRIZ GARBOSSI. Júlia, foi esfaqueada ao tentar socorrer sua colega de casa. A morte de uma mulher presente no local de um ato feminicida perpetrado contra outra mulher é caracterizada por alguns organismos internacionais como “Feminicídio por conexão”, classificação que, embora não adotada pelo Ministério Público local, vem sendo defendida por ativistas e pesquisadoras do Néias - Observatório de Feminicídios de Londrina e do LESFEM – Laboratório de Estudos de Feminicídios da UEL. Os órgãos supracitados solicitaram ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais às instâncias superiores da UEL a diplomação póstuma de Júlia, como um ato de reconhecimento dessa instituição *in memoriam*. Com esse ato buscam não apenas lembrar que a ausência dela é profundamente sentida nessa instituição, mas também que alguns de seus sonhos e lutas, que emergiram durante a realização do curso, não sejam esquecidos. Também consideram esse ato como um gesto de acolhimento de seus pais, que acompanharam a dedicação de Júlia à universidade. O Colegiado encaminhou o pedido à Câmara de Graduação da Universidade Estadual de Londrina. A Prograd encaminhou a solicitação para a Procuradoria Jurídica da Universidade Estadual de Londrina. A Procuradoria Jurídica da UEL esclareceu situações relativas ao procedimento e a possibilidade de

concessão da diplomação póstuma. No entendimento da Procuradoria o processo deveria ser aprovado no Conselho Departamental, no Conselho de Centro e após ser encaminhado ao Conselho Universitário. A tramitação foi seguida e o processo foi aprovado pelo Conselho Departamental e pelo Conselho de Centro do CLCH. Sobre o Mérito, a Procuradoria Jurídica da Universidade Estadual, considerando a relevância da matéria e a ausência de regulamentação interna específica, entendeu que o Conselho Universitário da UEL, como órgão competente, delibere sobre a viabilidade de conceder a diplomação póstuma *in memoriam*. Ressalta-se que a diplomação requerida se trata de uma homenagem acadêmica. Percebe-se que o processo foi bem instruído e que as fases regimentais foram respeitadas. Nesse sentido a Câmara de Legislação e Recursos entende que o processo está apto para ser analisado no mérito pelo Conselho Universitário. Prof. Ronaldo Gaspar iniciou sua manifestação saudando os presentes. Informou que a relatoria do processo seria compartilhada com a Profa. Silvana (coordenadora do NEIAS). Mencionou que o pedido de diplomação póstuma foi iniciado pela Dra. Marta Ramirez. Falou como Coordenador do Colegiado de Ciências Sociais, ele acolheu o processo e deu os encaminhamentos previstos. Fez uma conexão com o ponto de pauta anterior (Comissão da Verdade), lembrando o horror da ditadura militar e a violência (física e psicológica) que ela produziu no cotidiano da UEL e em todo o país. Ressaltou que, apesar do fim da ditadura, problemas de violência institucional ainda persistem. Destacou a existência de outro tipo de violência que perpassa o cotidiano: a violência difusa na sociedade, especificamente a violência contra a mulher. Mencionou que o noticiário diário está repleto de relatos de violência contra a mulher, muitos dos quais resultam em feminicídio. Afirmou que o caso da estudante assassinada Júlia "não é um caso isolado," mas é um caso importante. Ressaltou que o objetivo de "rememorar, diplomar a Júlia postumamente, rememorar o fato acontecido é justamente para que nós, como membros da comunidade e nós como parte integrante da sociedade brasileira, possamos não só nos posicionar contra esse tipo de ato, mas na verdade prevenir que novos atos bárbaros como esse

venham a ocorrer". A Professora Silvana, Coordenadora do NEIAS (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Gênero e Sexualidades), deu prosseguimento à relatoria (compartilhada com o Professor Ronaldo, saudando os conselheiros e conselheiras que permaneceram. Júlia teve sua vida ceifada em 3 de setembro de 2023, após ter passado pouco mais de 2 anos na universidade. O pedido de diplomação póstuma foi assinado pelo NEIAS (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Gênero e Sexualidades), pelo LESFEM (Laboratório de Estudos de Feminicídios da UEL) e por colegas do Departamento de Ciências Sociais. A justificativa é que a aprovação é justa, e as instituições têm o dever de promover o que é justo e promover uma vida justa, que é livre de violência e livre do medo. A Professora Silvana estabeleceu uma conexão com o ponto de pauta anterior (Comissão da Verdade), observando que, embora se falasse do medo histórico da ditadura, "nós mulheres vivemos esse medo cada dia, constantemente". Mencionou que o patriarcado atravessa todas as relações sociais, e o medo é permanente, mesmo dentro da instituição. Citou a experiência de ter que ligar para o setor de segurança para ser acompanhada à noite da sala de trabalho para o estacionamento, vivência comum que as mulheres têm cotidianamente. Afirmou que as mulheres "vivemos com o medo, não usufruímos dessa liberdade de ir e vir", mesmo dentro de casa. Ressaltou que Júlia estava em sua casa e "nem era o alvo do seu algoz", sendo uma vítima indireta do feminicídio. Júlia vivia com uma colega que ousou desafiar o poder masculino ao dizer "não" aos interesses e desejos sexuais e amorosos do feminicida. O agressor invadiu a casa e "matou quem estava pela frente", não só Júlia, mas também Daniel. Na visão do grupo, Júlia e Daniel são vítimas indiretas e vítimas de um feminicídio por conexão. Pensar na justiça passa pelo direito à memória e pelo direito à verdade, nomeando o crime como feminicídio. Ao criar uma memória coletiva, a instituição transforma perdas individuais em consciência social, o que é uma contribuição possível contra o poder masculino que impõe a subalternidade feminina, impedindo-as de dizer "não". Esperava-se que o reconhecimento não se esgotasse em um "ato individual isolado", mas que a instituição pensasse em uma política para resgatar essas

histórias e mantê-las presentes, pois ao buscar as histórias "nós encontraremos muitas outras". Mencionou Sandra Mara Curte, servidora da clínica odontológica da UEL, que também foi vítima de feminicídio, e a irmã da Profa. Andreia, Tathiana Name Colado Simões, estudante de pós-graduação, como exemplos de vítimas da comunidade. O reconhecimento à Júlia é visto como a "primeira oportunidade de uma série de outras providências" que a instituição deve tomar para criar um lugar de memória coletiva. A Profa. Marta Ramirez, manifestou-se a seguir, saudando os presentes e contextualizando o pedido de diplomação póstuma. Declarou ser um dia histórico, pois tratava-se de memória e reparação. Expressou a esperança de que os conselheiros se emocionassem com o pedido de diplomação póstuma para Júlia Garboso. Agradeceu aos professores do Departamento de Ciências Sociais por acolher a solicitação e à Profa. Laura Diretora do CLCH por aprovar o pedido. Registrou que todas as diferentes instâncias e pessoas pelas quais o processo passou deram um parecer favorável para que chegasse ao Conselho Universitário. Afirmou que um dos objetivos do NEIAS, do Observatório do Feminicídio e do LESFEM (Laboratório de Feminicídios da UEL) é preservar a memória das vítimas de feminicídio. Ressaltou que as vítimas de feminicídio não são números, mas vidas e histórias de filhas, mães, irmãs, netas, avós e amigas, cujos sonhos foram brutalmente interrompidos. Mencionou que, com a homenagem a Júlia, o Conselho também reconhece a memória de outras vítimas da comunidade. Lembrou a missão da UEL de promover a transformação social, econômica e cultural. O enfrentamento da violência contra as mulheres deve ser uma pauta constante desta instituição formadora de profissionais de excelência, que deve ter um olhar crítico e humanizado para os problemas da sociedade. A diplomação é uma maneira de a universidade se manifestar e acolher os familiares. Lembrou que o pai de Júlia (egresso do curso de economia da UEL) manifestou-se emocionada sobre como o curso de Ciências Sociais tinha sido muito importante para a Júlia e como seu sonho tinha sido interrompido. O Prof. Miguel Cirilo manifestou-se na discussão do processo de diplomação póstuma, registrando os seguintes pontos: Solicitou o registro de que,

quando a estudante Júlia foi morta, houve um ato realizado em frente ao Restaurante Universitário (RU). Mencionou que muitos centros de estudos, como o CCH e o CECA, suspenderam as aulas para que a comunidade pudesse participar do ato, e considerou esse registro muito importante. Acrescentou a lembrança de Tathiana, irmã da Profa. Andreia, e relatou que a conheceu por ela ter trabalhado junto com sua esposa, tendo estado em seu velório. Esclareceu que se tratava de uma "diplomação em memória", e "não é uma diplomação de fato acadêmica", enfatizando a importância de deixar essa condição clara. A Profa. Renata manifestou-se a respeito do Processo acerca do pedido de diplomação póstuma não acadêmica e em memória da estudante Júlia Beatriz G. Silva), registrando os seguintes pontos: A trajetória de Júlia, estudante do curso de Ciências Sociais, foi brutalmente interrompida. A direção do centro se sentiu profundamente sensibilizada com a situação, tendo acompanhado os alunos e estado presente no velório de Júlia. Disse que viu esse momento (a diplomação) como um ato político e um ato simbólico. Agradeceu a iniciativa (do NEIAS, LESFEM e colegas) e reforçou e endossou a iniciativa. Mencionou que o pedido foi aprovado em todas as instâncias do centro para fortalecer essa luta. Agradeceu ao Prof. Ronaldo pelo trabalho e engajamento, inclusive no engajamento dos alunos, fortalecendo o processo. Enfatizou que a diplomação é um ato político e simbólico frente ao medo que assola as mulheres. Reforçou a necessidade de mais políticas na universidade e em várias instituições para combater situações como essa, citando o trabalho da comissão de prevenção (da qual a Professora Marta faz parte) e o constante surgimento de casos de assédios. Profa. Marselle manifestou-se como conselheira municipal de Líder Mulher, colega da Profa. Marta Ramirez no Conselho Municipal, e como coordenadora adjunta do Observatório da Violência da cidade de Londrina. Parabenizou a iniciativa do LESFEM (Laboratório de Feminicídios da UEL), na figura da Profa. Silvana e a iniciativa do NEIAS, da Profa. Marta. Relatou que no dia do feminicídio de Júlia, ela estava em contato com Marta e que rapidamente uma rede de apoio se constituiu para avaliar a gravidade do ocorrido. Mencionou que o feminicídio ocorreu próximo a locais que frequentavam, e que todas as mulheres

na rede ficaram em pânico. Descreveu que, com o relato da situação, todas pensaram em se trancar em casa, pois a violência contra as mulheres é um evento que pode acontecer com qualquer uma, em qualquer idade, incluindo meninas muito jovens e mulheres idosas. Ressaltou que nunca é culpa de quem sofreu a violência, mas que a sociedade machista e misógina sempre procura culpabilizar a vítima, buscando saber o que a mulher fez, como permitir contato com o *stalker* (o agressor era um *stalker* e perseguia a colega de Júlia). Reiterou a observação do Prof. Ronaldo de que "nós não estamos livres da violência dentro das nossas instituições". Lembrou que, até onde tinha conhecimento, a universidade contava apenas com uma Comissão de Prevenção à Violência contra as Mulheres no CCH, tendo sido a comissão do CECA destituída/desmobilizada. Disse que já ouviu em espaços da universidade que a instituição existe para fazer justiça social, mas discorda, "A universidade é um espaço plural diverso e também para fazer justiça". Considerou que a diplomação póstuma, mesmo sendo simbólica e não formal, é um passo fundamental para fazer justiça. Mencionou que fez parte da comissão, presidida pela Profa. Marta Ramirez, que entregou à Reitora um dossiê sobre as possíveis violências dentro e fora da universidade, com recomendações. Defendeu que a instituição deve criar estratégias institucionais para garantir a segurança e acolher melhor os relatos de violência e encaminhá-los melhor, citando que alguns relatos que acompanhou no CCS "acabaram ficando pelo meio do gabinete". Manifestou-se super favorável à diplomação póstuma de Júlia. A Conselheira Sissi parabenizou a iniciativa de diplomação póstuma, considerando-a muito importante. Destacou que a homenagem possibilita que a própria instituição possa ser sensibilizada com relação ao acolhimento das sobreviventes de violência contra a mulher dentro da UEL. Compartilhou sua experiência de que a falta de preparo das instituições de modo geral é desesperadora e insuportável. Alertou para o fato de que, em algumas situações, a vítima pode ser induzida a pedir atestados para se afastar, especialmente se o agressor for da própria instituição, ou ser vista como uma ameaça devido às perseguições do agressor. Concluiu fazendo um apelo para que a homenagem sirva para a

instituição repensar como é feito o acolhimento das mulheres em situação de violência na comunidade. A Profa. Andreia expressou que, em sua gestão no CCS, espera que nenhum caso de mulher agredida tenha ficado parado, e que, se algum caso tiver sido paralisado, irá investigar. Declarou que as mulheres morrem "todos os dias", não apenas fisicamente. A morte das mulheres é "moral", ocorrendo quando sua reputação é arruinada, quando são julgadas, quando ousam se manifestar ou pensar de forma diferente, ou quando lhes é negada a oportunidade de falar e se expressar. Destacou que a agressão dói, mas "dói mais ainda quando uma outra mulher não acredita naquela mulher e a mata moralmente". Afirmou que não são apenas comissões que devem ser formadas, mas sim uma "mudança de pensamento", um "pensar no próximo", que vai além das comissões e reside na internalização do que é ser humano. Solicitou que a secretária Sirlei fizesse o registo de inclusão do nome de sua irmã na ata, mencionou que o nome era "Tathiana Name Colado". Informou que sua irmã foi morta aos 35 anos pelo esposo, sendo mãe de um filho de 4 anos que ficou com a família. Sua irmã era aluna do primeiro ou segundo ano da pós-graduação do CCS (Doutorado em Ciências da Saúde, Nutricionista). Explicou que não levanta bandeiras publicamente porque "a bandeira dói tanto que não consigo", mas agradeceu à Profa. Silvana por lhe dar a coragem de expor a situação pessoal. Solicitou que o nome de sua irmã Tathiana "possa constar na ata como uma vítima de feminicídio do CCS" e que sua história possa ser contada. Após, prof. Airton colocou em votação o pedido de diplomação póstuma (não acadêmica) *in memoriam*, homenagem a ser concedida em memória da estudante do curso de Ciências Sociais Júlia Beatriz Garbossi Silva, vítima de feminicídio, ocorrido em setembro de 2023. Foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário. Nada mais havendo a tratar, o Vice-Reitor, prof. Airton encerrou a reunião, e eu, Sirlei Mariano Ferreira, Secretária “ad-hoc”, lavrei esta ata, que assino juntamente com os membros do Conselho presentes à reunião.

Airton José Petris _____
Vice-Reitor

Azenil Staviski _____
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Paulo Liboni
Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Sociedade em exercício

Ana Márcia T. de Carvalho _____
Pró-Reitora de Graduação

Diretores de Centros de Estudos

João Antônio Zequi _____
Diretor do Centro Ciências Biológicas

Orlando Mendes Fogaça Junior _____
Diretor do Centro de Educação Física e Esportes

Inês Cristina de Batista Fonseca_____
Diretora do Centro de Ciências Agrárias

Miguel Belinati Piccirillo _____
Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Alan Salvany Felinto _____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Edmilson Lenardão _____
Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

Andréa Name Colado Simão_____
Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Renata Schulumberger Schevisbiski _____
Vice-Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

José Fernando Mangili Júnior_____
Vice-Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Representantes do CEPE

Ângela P. Teixeira Victória Palma _____
Representante da Câmara de Pós-Graduação

Ayoub Hanna Ayoub _____
Representante da Câmara de Graduação

Adilson Luiz Seifert_____

Representante da Câmara de Graduação

Maiango Dias_____
Representante da Câmara de Graduação

Eddy Krueger _____
Representante da Câmara de Pesquisa

Marselle Nobre de Carvalho _____
Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade

Representantes de cada Centro não vinculado à Instância Administrativa

Débora Cristina Santiago _____
Representante suplente do CCA

Eduardo Hideo Suzuki _____
Representante do CTU

Marcia Marques Dib _____
Representante do CEFE

Débora Cristina Santiago_____
Representante do CCA

Joanna Geogios Alexopoulos _____
Representante do CESA

Lucienne Tibery Queiróz Cardoso
Representante do CCS

Marcio antonio Jorge da Silva_____
Representante do CCE

Fernando Maia Silva Dias _____
Representante do CCB

André Lopes Ferreira _____
Representante do CLCH

Marcia Marques Dib _____
Representante do CEFE

Representante das categorias Docentes

Miguel Etinger de Araújo Junior_____
Representante do Associado

Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos

Joabe Vieira da Costa _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Antonio Carlos Mariano _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Maurício Fernandes _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Sérgio Pereira _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Paulo Rogério Catarini da Silva_____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Representantes Externos

Veridiana Carolina da Silva_____
Representante do Poder Executivo Municipal